

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.512 BAHIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S)	: SIDNEI SANTOS DE ARAÚJO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: PENAL. HABEAS CORPUS. USO INDEVIDO DE UNIFORME MILITAR (CPM, ART. 172). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR.

1. O princípio da insignificância não é aplicável no âmbito da Justiça Militar, sob pena de afronta à autoridade, hierarquia e disciplina, bens jurídicos cuja preservação é importante para o regular funcionamento das instituições militares. Precedente: HC 94.685, **Pleno**, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 12/04/11.

2. *In casu*, o paciente, recruta, foi preso em flagrante trajando uniforme de cabo da Marinha.

3. O crime descrito no art. 172 do Código Penal Militar é de mera conduta e visa à tutela de bens jurídicos importantes e necessários ao regular funcionamento das instituições militares – autoridade, disciplina e hierarquia - pouco importando o cotejo da real intenção do agente com os requisitos de natureza objetiva subjacentes ao princípio da insignificância, a saber: (a) ofensividade mínima da conduta, (b) ausência de periculosidade social, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e (c) a inexpressividade da lesão ao bem juridicamente protegido.

4. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da

HC 108.512 / BA

Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.512 BAHIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S)	: SIDNEI SANTOS DE ARAÚJO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão do Superior Tribunal Militar cuja ementa tem o seguinte teor:

“APELAÇÃO. USO INDEVIDO DE UNIFORME. DESPROVIMENTO.

Inconformismo do *Acusado* diante da sua condenação como incurso nas penas do delito tipificado no art. 172 do CPM.

O delito de *uso indevido de uniforme* é de mera conduta, não sendo de se exigir, pois, para o seu perfazimento, mais do que a simples orientação, pelo agente, de um uniforme militar a que se tenha direito. Precedentes.

In casu, descabe aplicar o princípio da insignificância em face do bem jurídico tutelado, qual seja, a própria ordem administrativa militar.

Desprovimento do *Apelo da Defesa*.”

O paciente, recruta reformado da Marinha, foi condenado a 30 (trinta) dias de detenção, com direito ao *sursis*, pela prática do crime de uso indevido de uniforme militar, tipificado no art. 172 do Código Penal¹.

Mantida a condenação em recurso de apelação, a impetrante,

1 Art. 172. Usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito:

Pena – *detenção, até seis meses*.

HC 108.512 / BA

Defensoria Pública da União, sustenta, em síntese, que a conduta imputada ao paciente é insignificante e que não afrontou a autoridade e a ordem administrativa militar, que o uniforme pertence ao paciente e que não foi utilizado para a prática de infração criminal, mas apenas com o intuito de impressionar uma parente que iria visitar.

Requer seja declarada a atipicidade da conduta, pela aplicação do princípio da insignificância.

É o relatório.

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.512 BAHIA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): O Pleno desta Corte pacificou, por maioria, entendimento no sentido de que o princípio da insignificância não é aplicável no âmbito da Justiça Militar, sob pena de afronta à autoridade, hierarquia e disciplina, bens jurídicos cuja preservação é importante para o regular funcionamento das instituições militares. O acórdão, proferido no HC n. 94.685/CE, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 12/04/11, restou assim ementado:

“DIREITO PENAL MILITAR. *HABEAS CORPUS*. ART. 290, CPM. SUPERVENIÊNCIA DA LEI 11.343/06. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IRRELEVÂNCIA. ART. 2, § 1º, LICC. NORMA ESPECIAL E NORMA GERAL. PRESCRIÇÃO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. *Habeas corpus* impetrado contra ato do Superior Tribunal Militar que, no julgamento de embargos infringentes, manteve a condenação do paciente pela prática do crime previsto no art. 290, do Código Penal Militar.

2. Tratamento legal acerca da posse e uso de substância entorpecente no âmbito dos crimes militares não se confunde com aquele dado pela Lei nº 11.343/06, como já ocorria no período anterior, ainda na vigência da Lei nº 6.368/76.

3. Direito Penal Militar pode albergar determinados bens jurídicos que não se confundem com aqueles do Direito Penal Comum.

4. Bem jurídico penal-militar tutelado no art. 290, do CPM, não se restringe à saúde do próprio militar, flagrado com determinada quantidade de substância entorpecente, mas sim a tutela da regularidade das instituições militares.

5. Art. 40, III, da Lei nº 11.343/06, não altera a previsão contida no art. 290, CPM.

HC 108.512 / BA

6. Art. 2º, § 1º, LICC: não incide qualquer uma das hipóteses à situação em tela, eis que o art. 290, do CPM, é norma especial e, portanto, não foi alterado pelo advento da Lei nº 11.343/06.

7. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em relação às hipóteses amoldadas no art. 290, CPM.

8. *Habeas corpus* denegado.”

O crime descrito no art. 172 do Código Penal Militar¹ é de mera conduta e visa à tutela de bens jurídicos importantes e necessários ao regular funcionamento das instituições militares – autoridade, disciplina e hierarquia - pouco importando o cotejo da real intenção do agente com os requisitos de natureza objetiva subjacentes ao princípio da insignificância, a saber: (a) ofensividade mínima da conduta, (b) ausência de periculosidade social, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e (c) a inexpressividade da lesão ao bem juridicamente protegido.

O parecer ministerial corrobora esse entendimento, *verbis*:

“[...]

Penso que não assiste razão à impetrante. Não há que se falar em aplicação do princípio da insignificância no caso em tela, em face da natureza do delito e do bem jurídico tutelado, incompatíveis com o conceito de infração bagatelar própria, como bem frisou o Egrégio Superior Tribunal Militar. Por outro lado, não estão presentes os requisitos necessários à aplicação do referido princípio, conforme entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, quais sejam, a ofensividade mínima da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e a inexpressividade da lesão ao bem juridicamente tutelado.

1 **Art. 172.** Usar, indevidamente, uniforme militar, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito.

HC 108.512 / BA

O paciente, trajado com uniforme de Cabo da Marinha, foi preso em flagrante ao desembarcar de uma balsa. Alegadamente, pretendia apenas impressionar uma parente que iria visitar. Não há, pois, que falar em atipicidade. O uso indevido de uniforme privativo das Forças Armadas atinge a autoridade e a ordem administrativa militares, sendo indevido avançar na discussão sobre a intenção do paciente. Também pouco importa verificar a procedência do uniforme, uma vez que para a configuração do crime, que é de mera conduta, desnecessário qualquer resultado naturalístico, bastando o uso indevido do uniforme militar.

Ex positis, denego a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 108.512

PROCED. : BAHIA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

PACTE.(S) : SIDNEI SANTOS DE ARAÚJO

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 4.10.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian
Coordenadora